

16/04: Reunião do CR  
14:00h, CB:10

## 17/04: Paralisação Assembléia Geral 10:00h, CB:10

### PRIVATIZAÇÃO DO ENSINO PÚBLICO SUPERIOR

É nítida a orquestração, envolvendo a grande imprensa, de um ataque frontal ao ensino público gratuito de nível superior. Vimos semana passada os grandes jornais publicando páginas inteiras, durante vários dias, matérias e reportagens defendendo claramente a posição privatizante do governo Collor, com críticas das menos fundamentadas e mais generalistas possíveis às deficiências das Universidades Públicas Paulistas Brasileiras. Temos que nos posicionar rapidamente frente a nova tentativa de conformar o ensino e a pesquisa às lógicas do mercado, como se a Universidade Pública tivesse a obrigação de gerar lucro para o Estado.

Reproduzimos abaixo alguns posicionamentos, que nos parecem bastante ilustrativos das dificuldades que nos esperam:

A ADUNICAMP recebeu nesta 4ª feira, 10/04, ofício da reitoria da Universidade.

O professor Vogt, preocupado com a repercussão das declarações feitas por ele à Folha de São Paulo (02/04/91) a propósito da entrevista do prof. José Goldemberg, (sobretudo, a interpretação de que seria favorável a um corte de 30% nas despesas universitárias), procurou esclarecer:

"A austeridade e o enxugamento que preconizamos e temos posto em prática não visam a diminuir os recursos orçamentários e extra-orçamentários da universidade. Ao contrário, buscam o seu aumento e procuram dar-lhes uma utilização mais racionalizada e que melhor sirva às atividades fins da instituição: o ensino, a pesquisa e a extensão."

O Ofício encontra-se à disposição, na ADUNICAMP.

Folha — É possível cortar os gastos das universidades sem alterar sua atual qualidade?

Goldemberg — Seguramente. É possível cortar em média, sem perder qualidade, 30%. Até na USP, da qual fui reitor. Em alguns casos, é possível cortar mais. Há muito desperdício com material, mão-de-obra, currículos desnecessários. Existe, todos sabem, desperdício. Fico surpreso que o movimento sindical não tenha entrado nessa questão, reivindicando mais verbas para o ensino básico, exigindo o enxugamento no curso superior ou tornando mais fácil o acesso aos mais pobres nas universidades.

### Reitor da Unesp diz que não pode cortar gastos

Da Reportagem Local

O reitor da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Paulo Milton Barbosa Landim, afirma que não é possível fazer nenhum corte nos gastos da Unesp. O secretário de Ciência e Tecnologia, José Goldemberg, disse em entrevista à Folha publicada ontem que as universidades poderiam cortar em média 30% de seus gastos sem perda de qualidade.

Landim afirma que a Unesp tem usado seus recursos com "rigor". O reitor também discorda de Goldemberg, quando o secretário diz que o sistema universitário está se "desvinculando das necessidades do país" e forma mais gente do que deveria.

"Não se pode confundir a crise no país com a universidade. Agora está faltando emprego para todo mundo, mas é perigoso dizer que a universidade forma gente demais", diz Landim.

Goldemberg disse ainda que há, nas universidades, "desperdício com material, mão-de-obra e currículos desnecessários". O reitor da Unesp diz que com relação aos currículos a afirmação do secretário tem "um fundo de verdade". Segundo Landim, a tendência nas universidades é criar novas disciplinas. "Em um determinado momento é preciso reavaliar e ver o que pode ser cortado ou substituído".

O reitor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Carlos Vogt, 48, concorda com Goldemberg. Segundo ele, muito dinheiro tem sido gasto "inutilmente" nas universidades. "Não há relação custo-benefício", Vogt



Landim, reitor da Unesp

diz que é possível enxugar 30%.

Os reitores não aprovam a ideia de que alunos de universidades públicas "paguem" a escola com serviços prestados à comunidade. Segundo Vogt, antes disso é preciso que haja um "amadurecimento da sociedade". Como Goldemberg, ele acredita que possa ser criada uma indústria de violação dessas obrigações.

Landim também não concorda com o serviço obrigatório à comunidade. "Só tenho certeza de que sou contra a implantação do ensino pago", Segundo Vogt, o Estado não pode investir mais em universidades do que já investe mas "não pode se retirar

## FÓRUM NACIONAL EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA NA LDB

### Aos Parlamentares

O Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública na LDB, que congrega vinte e seis entidades nacionais de caráter científico, sindical, comunitário, estudantil e de dirigentes da educação, mais uma vez reunido para contribuir no debate das questões educacionais do país, dirige-se aos Parlamentares do Senado e Câmara Federal, especialmente aos de primeiro mandato, para compartilhar suas preocupações sobre a alta responsabilidade da elaboração legislativa face à situação caótica da educação brasileira.

Encontra-se em tramitação na Câmara dos Deputados, aguardando inclusão na Ordem do Dia, após dois anos de intensos debates e aperfeiçoamento, o projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, já aprovado nas Comissões de Constituição, Educação e Finanças.

O FORUM e as entidades que o compõem têm participado ativamente do processo de elaboração da LDB e se prepara a dar continuidade a esta participação, seja na etapa de discussão na Plenária da Câmara, seja no Senado. Identificado com o elogiável processo democrático impresso nas Comissões da Câmara dos Deputados e com a perspectiva de aprimoramento por emendas que em especial os novos parlamentares poderão fazer ao atual projeto, o FORUM reconhece a LDB não só como fruto de ampla e madura negociação como o único caminho para a consolidação de uma legislação complementar à Constituição que possa contribuir para a superação da aguda crise educacional, impasse ao desenvolvimento e soberania do Brasil.

O Executivo Federal, reconhecendo o caos da educação e identificando-se até certo ponto com o diagnóstico que as entidades do FORUM têm apontado, e que educadores e povo têm crescentemente sofrido, vem se propondo a enfrentar a situação através de propostas e iniciativas que, a nosso ver, atropelam o processo legislativo e estão longe de resolver o problema.

Se é verdade que o Projeto de LDB prevê aumento de carga horária e dias letivos; propõe a educação básica, incluindo a educação infantil e os ensinos fundamental e médio, como direito das futuras gerações; adota formas novas de educação de jovens e adultos; avança na concepção da formação e carreira dos profissionais da educação; regulamenta a autonomia universitária garantida na Constituição; consagra o princípio constitucional da gratuidade do ensino público em todos os níveis, democratizando o sistema de financiamento - as recentes iniciativas do Executivo desvirtuam estas propostas da LDB ao pretender implementá-las de forma tópica, isolada e, às vezes, equivocada em relação ao contexto presente no projeto de lei.

Denunciamos explicitamente a "subversão" na definição das competências para formulação das políticas educacionais contida no Plano de Reconstrução Nacional, o qual prevê esta tarefa como de responsabilidade e iniciativa dos Poderes Executivos e não mais dos Legislativos.

Se a qualidade do ensino torna-se a questão fundamental a ser efetivamente conquistada para a superação da crise, se soluções isoladas não devem mais ter lugar, é exatamente em nome destas verdades que alertamos os Parlamentares para o fato de o Plano de Reconstrução Nacional incorrer nestes erros ao reduzir a questão da qualidade a iniciativas tópicas tal qual a reformulação curricular, isolando-a das questões da valorização dos profissionais da educação e da adequada articulação dos sistemas de ensino, sem as quais soarão como falsas soluções quaisquer iniciativas.

Por tudo isto o FORUM volta a afirmar a necessidade da tramitação e votação da LDB mediante a inclusão em caráter de urgência no Plenário da Câmara e a conchamar os Parlamentares a esta tarefa com a qual estamos por este documento reiterando nosso compromisso.

Brasília, 27 de março de 1991.

## INFORMES DO DEPARTAMENTO JURÍDICO

Ação contra o reajuste das prestações da casa própria do sistema financeiro de habitação.

O prazo para entrega dos documentos foi prorrogado para 25/04/91.

Documentos necessários:

1- Procuração com firma reconhecido (modelo na ADUNICAMP);

2- Xerox autenticada do contrato ou escritura e demais documentos que o acompanham;

3- Xerox do comprovante e pagamento anterior ao reajuste;

4- Demonstrativo do cálculo de reajuste correto e do que está sendo exigido pelo banco;

5- Pagamento dos Honorários: 20% de 12 mensalidades no valor correto, a serem pagos no ato da entrega dos documentos.

## FUNCIONÁRIO PUNIDO POR BATER PONTO DURANTE A GREVE

O funcionário Miguel Leone dos Santos, do CECOM, foi suspenso por 5 dias e colocado à disposição do DGRH por ter batido ponto em seu cartão sobre a anotação de ausência, durante a recente greve dos funcionários. Essa atitude, segundo o Prof. Flávio Zambrone, coordena-

dor dos Serviços Sociais, caracteriza falta grave, o que justificaria a atitude punitiva.

Miguel Leone dos Santos era membro do Comando de Greve, representante de funcionários do CECOM, ex-diretor da ASSUC e ex-membro do CONSU, tendo sido transferido do Campus

para a cidade, junto ao Projeto Rondon, o que é visto pela ASSUC como um "exílio político". Teve também descontadas 120 horas do mês de março, o que representa metade dos seus rendimentos brutos. A ASSUC informa que outros casos de punições vêm ocorrendo após o fim da greve.

A ADUNICAMP discorda dessa forma de tratamento dada aos funcionários em greve e insiste que o diálogo, mesmo nas situações mais críticas ou talvez principalmente nela, é a forma melhor de encaminhar os conflitos de forma democrática.

## SEGURANÇA NO CAMPUS

A Polícia Militar realizará rondas no campus, conforme ofício da Reitoria, como uma das medidas de encaminhamento de soluções para as ocorrências policiais tais como furto de automóveis e per-

tences pessoais de professores, estudantes e funcionários. Segundo o mesmo ofício, a Polícia Civil já está realizando investigações para solucionar os casos ainda não resolvidos. Um alerta: no caso de

quaisquer atividades suspeitas, deve ser imediatamente comunicado ao Gabinete do Reitor, que mobilizará os órgãos responsáveis.

## 1º Campeonato de Futebol de Salão da FEF

Professores - Funcionários  
Alunos

Inscrições até dia 15/04/91  
Informações na CDDEU -

111 R. ... 7059/7061

## CONVÊNIO DPASCHOAL

Este mês a DPASCHOAL, que mantém convênio com a ADUNICAMP, promove "O mês da UNICAMP" (com condições especiais de pagamento) para associados da ADUNICAMP, ASSUC e DCE. Confira os descontos no INFORME da DPASCHOAL para a UNICAMP